

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**O PROCESSO DE DECISÃO NA PERSPECTIVA DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA E SUA RELAÇÃO COM O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MESTRA FININHA**

KÁTIA SIMONE DE ALMEIDA MELO REIS

BELO HORIZONTE, 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**O PROCESSO DE DECISÃO NA PERSPECTIVA DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA E SUA RELAÇÃO COM O PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL MESTRA FININHA**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG. Orientação da Professora Inajara de Sales Viana Neves na Disciplina Projeto Vivencial.

BELO HORIZONTE, 2009

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco do destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir este país democraticamente.”

(Paulo Freire, 1986)

Agradecimento

Foi difícil chegar até aqui!

Mais difícil ainda é sintetizar nesse espaço o agradecimento a todos que participaram desse processo.

Agradeço a Deus, que se explica e se faz presente em todos os momentos e em especial naqueles em que não somos suficientes.

À minha mãe Marluce, por seu amor incondicional e por ser o alicerce da minha formação.

Ao meu esposo, amigo e companheiro Eliomar, por seu apoio em todos os sentidos e por seu amor em todas as horas, sobretudo naquelas em que tudo parece insuportável.

Aos meus filhos, Leonardo e Victor, que embora ainda pequenos, sempre compreendem minhas ausências.

Aos meus irmãos, cunhados e amigos, por serem presentes sempre e por manterem acesos meus sonhos e esperanças.

Ao meu Pai João, a Gugu e a Antônio, que mesmo ausentes no plano físico, sempre estão presentes na saudade.

A Heloisa, amiga mais que especial, pelo companheirismo e cumplicidade de sempre e pela hospedagem.

Agradeço à minha orientadora Prof. Ms. Inajara de Sales pelo apoio, companheirismo e principalmente por mostrar que não importam as adversidades; precisamos ser firmes em nossas convicções.

Muito Obrigada!

Sem vocês essa conquista não seria possível!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO... 6

O Processo de Decisão na Perspectiva da Gestão Democrática e sua Relação com o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Mestra Fininha..... 8

A Gestão Democrática e o Projeto Político Pedagógico.....10

A Importância da Participação da Comunidade para a Autonomia da Escola12

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....14

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....16

ANEXOS.....18

INTRODUÇÃO

A institucionalização da democracia tem estimulado um processo de mudança na forma de gerir as escolas, redistribuindo responsabilidades através da participação de diretores, professores, supervisores pedagógicos, funcionários, alunos e pais, por meio de um projeto compromissado com a efetivação de uma educação voltada para as necessidades da sociedade atual.

Acredita-se que o primeiro passo para a gestão democrática é a elaboração do Projeto Político Pedagógico que deve ser organizado com a participação de toda a comunidade escolar, que, segundo Veiga (1995, p.22), “deve ser construído como a própria organização do trabalho pedagógico da escola, que é o lugar de concepção, realização e avaliação do projeto educativo”.

Pretende-se focalizar neste trabalho a participação da comunidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários e gestores) na elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Mestra Fininha por entender que o mesmo tem reflexos no processo de democratização da gestão escolar.

Procura-se refletir sobre os principais aspectos que perpassam a dinâmica da gestão participativa na escola, tomando como foco a participação no processo de tomada de decisão em colegiado.

Através deste trabalho, tenciona-se buscar entendimento da dimensão da participação da comunidade na organização escolar, na perspectiva da dimensão da participação da comunidade frente à democratização do processo de decisão no interior da escola.

O fenômeno observado é a participação da comunidade no contexto da gestão democrática. Interroga-se o papel dos Conselhos Escolares enquanto instrumentos de representatividade máxima na articulação dos problemas inerentes à escola e à comunidade escolar; ou seja, concebidos como local de debate e tomada de decisões e que permitem que os segmentos que os compõem explicitem seus interesses, suas reivindicações, examinando com profundidade os múltiplos aspectos que envolvem a participação da comunidade na gestão da escola.

A construção da democracia na escola, na perspectiva defendida neste estudo, requer a construção de uma consciência democrática coletiva. Assim como VEIGA (1995), LÜCK (2000), PARO (1992, 1995, 1997, 2000) entre outros, acredita-se que uma gestão é

democrática quando toda a comunidade escolar participa do processo de tomada de decisão na escola, inferindo sobre seus objetivos e os meios de alcançá-los.

O método de estudo foi a pesquisa bibliográfica. Utilizou-se também a análise documental, com registros feitos em livro próprio da referida escola, contendo informações mais detalhadas sobre a elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico através da atuação do Colegiado Escolar.

O Processo de Decisão na Perspectiva da Gestão Democrática e sua Relação com o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Mestra Fininha

A participação comunitária na gestão escolar é um processo de planejamento, produção, gestão e usufruto dos bens produzidos. Trata-se de uma proposta democrática onde participam todos os segmentos da comunidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários e gestores).

Assim, sob o conceito amplo de “participação” misturam-se medidas de natureza e alcance diferentes, cujos efeitos sobre as estruturas de gestão, modos de organização e resultados da escola podem ser muitas vezes contraditórios.

Estudos realizados mostram que em várias escolas, mesmo em contextos legais pouco favoráveis e de autonomia limitada, foi possível adotar, em diferentes momentos, formas de organização e de gestão que favoreceram o envolvimento de professores, pais, alunos, e criaram estruturas informais de participação.

A função primordial da escola é garantir, acima de tudo, a competência da prática educativa e a integração da prática pedagógica, uma vez que a escola é um espaço historicamente construído para a concretização da prática social da educação.

Na história da educação brasileira, verifica-se que o termo “gestão democrática”, foi referendado na Constituição Federal de 1988, (art. 206, VI) e enfatizado na Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (art.3, VII), como um dos princípios que devem reger o ensino público.

Além disso, o artigo 14 da LDB define que os sistemas de ensino devem estabelecer “normas” para o desenvolvimento da gestão democrática, e que estas, por sua vez, precisam estar de acordo com as peculiaridades de cada sistema.

Segundo Cury (2002), a gestão democrática tem suscitado debates, reflexões e iniciativas públicas na área educacional. O princípio da gestão democrática está posto constitucionalmente e reposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96.

Entretanto, para que esse processo aconteça de forma participativa, é necessário legitimar mecanismos que garantam a democratização na gestão, ou seja, é preciso refletir sobre a participação da comunidade dentro da escola pública.

Nesse sentido, a criação de órgãos colegiados ou conselhos escolares, associações de apoio à escola, agremiações de alunos, é fundamental para a concretização do processo.

Para a gestão ser verdadeiramente democrática, é necessário que todos os que estão direta ou indiretamente envolvidos no processo escolar participem das decisões que dizem respeito à organização e ao funcionamento da escola. Mas, falta aos pais, ainda, consciência do papel que podem desempenhar e contribuir para a melhoria da qualidade na educação dos filhos.

Ao nível do estabelecimento de ensino, a participação dos pais ainda é, em geral, muito limitada. De um ponto de vista formal – legal, a sua participação está confinada à presença de seus representantes em alguns órgãos e no direito de serem informados sobre a escolarização dos filhos. (BARROSO, 1996, p.54).

Dessa forma, a não percepção da escola como um espaço de participação da sociedade e os consequentes limites colocados à participação dos pais explicam, em grande parte, o fracasso de iniciativas de participação e gestão democrática, em que a participação coloca-se como um dos instrumentos possibilitadores de uma organização escolar democrática.

Não se trata de consulta, de participacionismo; trata-se de um método que não apenas respeita as temporalidades dos sujeitos coletivos, mas opta por elas como mecanismo de transformação. Trata-se de substituir as ‘intervenções’ pela ação pontual, metódica, recorrente, abrangente, ao longo de toda cadeia das relações sociais que fundam a sociabilidade, incluída aí a relação Estado – economia - sociedade. (OLIVEIRA, 1991, p.82).

Na prática cotidiana falta à comunidade escolar a consciência do seu poder de participação e o entendimento que somente através dela é possível melhorar o ensino e conhecer o funcionamento da escola.

Não é possível pensar na participação da comunidade sem garantir os mecanismos de integração e envolvimento que possibilitem, de fato, que o poder de decisão e ação na

escola seja compartilhado e a prática da gestão democrática experimentada por todos os integrantes da escola.

Para que se possa existir a decisão coletiva, faz-se necessário que haja participação nessa decisão. A coletividade nada mais é do que a junção/agregação de pessoas que se unem por um propósito específico.

Como bem lembra Paro (1992, p.262),

Diante da atual organização formal da escola pública, podemos constatar o caráter hierárquico da distribuição da autoridade, que visa a estabelecer relações verticais, de mando e submissão, em prejuízo de relações horizontais, favoráveis ao envolvimento democrático e participativo. Além disso, o diretor aparece, diante do Estado, como responsável último pelo funcionamento da escola, diante dos usuários e do pessoal escolar, como autoridade máxima. Assim, tendo de fato que prestar contas apenas ao Estado ou município, acaba, independentemente de sua vontade, servindo de preposto deste diante da escola e da comunidade. Por sua vez, a existência de mecanismos de ação coletiva como a Associação de Pais e Mestres e o Conselho de Escola, que deveriam propiciar a participação mais efetiva da população nas atividades da escola, parece não estar servindo satisfatoriamente a essa função, em parte devido a seu caráter formalista e burocratizado.

Torna-se fundamental que se articule no interior da escola, o envolvimento de todos os participantes da comunidade escolar na organização, na tomada de decisão, tanto na esfera administrativa quanto na pedagógica para que o projeto de gestão democrática seja construído de forma hegemônica e o Projeto Político Pedagógico seja executado como proposto.

Por isso, faz-se necessário à implementação dos Conselhos Escolares enquanto órgãos co-responsáveis na gestão escolar, cuja atuação busca dinamizar, na medida do possível, a melhoria do trabalho na escola, colaborando para que a participação se sistematize desde a sala de aula, envolvendo toda a comunidade escolar, até atingir as decisões mais importantes para garantir a qualidade da escola necessária aos novos tempos.

Nesse sentido, a organização escolar, em que pese à descentralização administrativa, deverá ser resultante de reflexões e análises dos seus reais problemas, tendo como parâmetro, para as discussões/reflexões, o embasamento teórico construído no Projeto Político Pedagógico na perspectiva de repensar o processo de gestão e a distribuição do poder entre a equipe diretiva de formar a assegurar a qualidade do ensino oferecido e, conseqüentemente, a formação integral dos educandos.

A Gestão Democrática e o Projeto Político Pedagógico

A proposta de gestão democrática, na perspectiva de transformar o real, objetiva elevar os padrões de eficiência e de autonomia financeira, organizacional e pedagógica da instituição escolar. O Projeto Político Pedagógico, objetiva promover a melhoria do ensino, através do incentivo à participação de toda a comunidade escolar para transformar a visão de escola em realidade.

A Constituição Federal, em seu artigo 205, expressa que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Plano Nacional de Educação (PNE), lei aprovada em janeiro de 2001, apresenta dentre seus objetivos e prioridades a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais e a criação de Conselhos Escolares nas escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Etimologicamente, a palavra gestão está associada a germinar, fazer crescer, executar. Seria a geração de um modo novo de administrar uma realidade que é democrática em si mesma por implicar a comunicação, o envolvimento coletivo e o diálogo.

A gestão democrática da educação é, “ao mesmo tempo, transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência” (Cury, 2002, p.173).

O Conselho Escolar, enquanto instância colegiada de representação da comunidade escolar amplia as condições de exercício da prática participativa, com importante contribuição para a democratização da gestão. Sua primeira atividade, enquanto instância responsável pela execução, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico, é discutir e delinear a educação a ser construída, ouvindo os diversos segmentos sociais e debatendo com eles os problemas que afetam o dia-a-dia da escola, na busca de soluções. Nesse sentido, sua função é política e pedagógica, pois estabelece as transformações necessárias para a prática educativa e para uma gestão consequente.

Cury (1996, p.86) afirma que “a gestão democrática da educação, como princípio, deve perpassar o conjunto dos órgãos e instituições que têm como função o dever de educar”. Gestores, professores, funcionários e demais membros da comunidade escolar, ao assumirem a incumbência dada pela LDB de elaborarem o Projeto Político Pedagógico da escola, estarão exercitando a participação no gerenciamento das políticas educacionais.

Para Lück (2000), o conceito de gestão já pressupõe a idéia de participação, que deve ser um trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto, pois o êxito de uma organização depende da ação construtiva de seus componentes, da vontade coletiva.

Segundo Lück (2000), o enfrentamento da complexidade do processo democrático exige uma análise mais profunda, direcionada para a representatividade do Conselho Escolar, em sua real função, na articulação dos problemas inerentes à escola e à comunidade escolar, destacando a escola como um espaço comunitário que tem como tarefa a construção do seu Projeto Político Pedagógico, indicando que a educação precisa ser resolvida localmente.

A Importância da Participação da Comunidade para a Autonomia da Escola

Examinando com profundidade os múltiplos aspectos que envolvem a participação da comunidade na gestão da escola pública Paro (1995, p.154) constatou que:

Embora a participação de pais e alunos nas decisões do Conselho Escolar nem sempre se faça de forma intensa que muitos poderiam esperar o fato de ser aí o local onde se tomam ou se ratificam decisões de importância para o funcionamento da unidade escolar tem feito com que este órgão se torne a instância onde se explicitam e procuram resolver importantes contradições da vida escolar.

Para que as decisões da escola sejam tomadas de forma participativa, é necessária a conscientização de que essa participação só poderá existir quando se propõe um exercício democrático, onde os espaços de participação são conquistados, dia após dia, como um processo inacabado, como um desejo a se realizar.

Paro (1997) lembra que há pessoas trabalhando na escola, especialmente em postos de direção, que se dizem democratas apenas porque são 'liberais' com alunos, professores, funcionários ou pais, porque lhes 'dão abertura' ou 'permitem' que tomem parte desta ou daquela decisão. Mas se a participação depende de alguém que dá abertura ou que permite sua manifestação, então a prática em que tem lugar essa participação não pode ser considerada democrática, pois democracia não se concede, se realiza.

Para esse autor, a democracia, enquanto valor universal e prática de colaboração recíproca entre grupos e pessoas, é um processo globalizante que deve envolver cada indivíduo na plenitude de sua personalidade.

Para os gestores tem sido grande o desafio de criar ou abrir espaços para que as atividades coletivas possam acontecer na escola e, ao mesmo tempo, conseguir a participação dos diversos segmentos da sua comunidade respeitando seus diferentes estilos culturais, éticos e políticos.

Em todos os aspectos, a autonomia faz parte da agenda de discussão de professores, gestores, pesquisadores, governos, partidos políticos, entre outros.

Quando objetiva-se a autonomia da escola, defende-se que a comunidade escolar tenha liberdade para coletivamente pensar, discutir, planejar, construir e executar o seu Projeto Político Pedagógico, entendendo que neste está contido o projeto de educação e de escola que a comunidade almeja.

No entanto, mesmo tendo essa autonomia, a escola está subordinada às normas gerais do sistema de ensino e às leis que o regulam, não podendo, portanto, desconsiderá-las. Por isso, a construção da autonomia, especialmente da autonomia escolar, requer muita luta e dedicação daqueles que estão inseridos nos processos educativos.

A autonomia da unidade escolar significa a possibilidade de construção coletiva de um Projeto Político Pedagógico que esteja de acordo com a realidade da escola, que expresse o projeto de educação almejado pela comunidade em consonância com as normas estabelecidas pelas políticas educacionais ou legislação em curso.

Vale ressaltar, no entanto, que autonomia é sinônimo de responsabilidade. Dessa forma, ter autonomia significa, também, não esquecer que a escola está inserida num processo que envolve relações internas e externas, sistema educativo e comunidade escolar. A autonomia cria várias possibilidades, entre elas, a constituição dos conselhos escolares e a construção, a aprovação e a implementação do projeto de gestão.

A participação da comunidade é um componente essencial para o sucesso do processo educativo, porque a educação não se realiza sem a sua contribuição e sua presença é indispensável na gestão da educação e na avaliação das políticas educacionais. A ação da família junto à escola concretiza-se com a participação no conjunto das atividades, em diferentes momentos, desde a elaboração do planejamento até a execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico.

Nesse sentido, entende-se que a democracia, de forma geral, ainda está em construção. De fato, é ainda um conceito incipiente, visto que a questão da participação é algo a construir e não a implantar.

Considerações Finais

Os desafios enfrentados pela escola e sua administração para desempenhar bem seus papéis, muitas vezes, parecem intransponíveis. A realidade tem mostrado que a comunidade não está participando da vida da escola, e também de seus problemas, porque não se encontra preparada nem pedagógica e nem estruturalmente para participar.

Muitos membros da comunidade escolar entendem por participação a simples presença dos pais nas festas comemorativas organizadas pela escola. O que difere dos conceitos defendidos por especialistas que enfatizam que a escola só conseguirá alguma mudança a partir da participação dos pais enquanto participação política, com pleno exercício dos direitos e observância de deveres.

Observa-se que a prática da gestão democrática ainda engatinha na Escola Municipal Mestra Fininha, inclusive porque a própria Secretaria Municipal de Educação, que se diz democrática, escolhe os diretores das unidades de ensino através da indicação política e padroniza o modelo de Projeto Político Pedagógico a ser seguido pelas escolas, adaptando-se de forma a atender a cada realidade.

Através deste estudo, constata-se que a descentralização é um processo pelo qual a gestão educacional deve passar. Entretanto, ela não está inserida no sistema de ensino do município de Montes Claros/MG, uma vez que, apesar do discurso democrático, os gestores administram a escola sob o olhar do poder executivo.

A construção e o acompanhamento do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Mestra Fininha com a participação da comunidade escolar tem como principal dificuldade a falta de autonomia para realizar o projeto proposto pela referida comunidade.

Este estudo oportunizou, também, compreender a importância da atuação do Conselho Escolar no processo de democratização da escola.

Observou-se que há convocação para as reuniões do Conselho Escolar, porém a participação dos segmentos é parcial, além do que a pauta não é discutida com antecedência, mostrando que o processo de tomada de decisão no interior da escola está desvinculado da proposta de ação colegiada, democrática.

A partir das análises realizadas, conclui-se que a falta de compreensão do papel do Conselho Escolar, por parte da comunidade escolar, tem dificultado o deslocamento do eixo do processo de decisão na escola no sentido de movê-lo de uma decisão centralizada para uma decisão coletiva na escola, dificultando, portanto, a democratização da gestão na escola.

Entretanto, como um saldo positivo dessa experiência analisada, encontra-se a construção de uma nova postura social, em que sujeitos estão construindo, mesmo que lentamente, uma consciência democrática coletiva, o que tende a favorecer a construção de uma filosofia de gestão democrática-cidadã na escola.

O que se pode inferir da análise é que, além da gestão ser ainda um processo pouco explorado, apresenta nuances de um “democratismo” disfarçado de ações aparentemente participativas na facção do Projeto Político Pedagógico e nas atividades do cotidiano escolar. Percebe-se que a falta de planejamento e de continuidade das ações iniciadas tem provocado uma estagnação na evolução do processo de construção da gestão.

A mudança pretendida, no que se refere à democratização das relações no interior da escola, esbarra ainda no trabalho coletivo, em vista de que não se efetiva, conforme entendimento e comprometimento dos integrantes dos Conselhos Escolares, pois cabe a estes a implementação da mudança.

Como proposição, reitera-se a necessidade da escola planejar, organizar práticas democráticas, por meio da formação continuada, com estudos documentais, elaborando critérios claros de oferecer ampla participação dos segmentos nos Conselhos Escolares, para, juntos, construir a identidade da unidade escolar.

A comunidade escolar Mestra Fininha ainda precisa entender o Projeto Político Pedagógico como prática pedagógica a ser construída no dia-a-dia da escola, com a participação de todos.

Sabe-se que a democratização somente acontece efetivamente com a colaboração e participação da comunidade, mas o que não se pode negar é que o sistema sempre estará presente em todas as situações para colocar o ponto final.

Referências Bibliográficas

BARROSO, João. **Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola.** Coleção Cadernos de Organização e Gestão Curricular. Instituto de Inovação Educacional, 1996.

BRASIL, MEC – **Conselho Escolar como espaço de formação humana: círculo de cultura de qualidade da educação.** Secretaria de Educação Básica, caderno 06; 2006.

_____ **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor.** Secretaria de Educação Básica, caderno 05; 2007.

_____ **Lei n. 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Aprovada em 20 de dezembro de 1996, Brasília.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O compromisso do profissional de administração da educação com a escola e a comunidade.** Revista Brasileira de Administração da Educação. Belo Horizonte, v.12, nº1, p. 83-89, dez, 1996.

E. M. MESTRA FININHA. **Estatuto do Colegiado Escolar.** 1997.

_____ **Livros de Atas e Documentos arquivados na Secretaria da Escola.** 1997 a 2009.

_____ **Projeto de Desenvolvimento da Escola - PDE / 2001-2003.**

_____ **Projeto Político Pedagógico da E. M. Mestra Fininha,** 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática para a liberdade.** 17ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LÜCK, H. **Gestão escolar e formação de gestores.** *Em Aberto*, Brasília, v.17, n.72, p.7-10, fev./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.publicações.inep.gov.br/arquivos>>. Acesso em: 10 jun. 2009, 14:50.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988.** Brasília-DF, 1989.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Secretaria de Educação Básica. **Conselhos escolares: Uma estratégia de gestão democrática da educação pública.** Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. Uma alternativa democrática ao Liberalismo. **A Democracia como Proposta.** Rio de Janeiro, 1991.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** 3ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____ **Por dentro da escola pública.** 2ª ed. São Paulo: Xamã, 1995.

_____ *Gestão da Escola Pública: a Participação da Comunidade* Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.73, n.174, p.255-290, maio/ago. 1992.

_____ **Qualidade do Ensino: a contribuição dos pais.** São Paulo: XAMÃ, 2000.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola – Uma construção possível.** Campinas, SP: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ANEXOS

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

*Escola Municipal Mestra Fininha
Montes Claros - MG*

Heloisa de Oliva Gomes
Kátia Simone de Almeida Melo Reis
Simone Moreira Soares

INTRODUÇÃO

A política educacional é fruto da ação humana, ganhando materialidade no cotidiano escolar podendo tomar sentido diferente do proposto pelos fazedores de política.

O Projeto Político Pedagógico pode ser entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo (Veiga, 1995).

Para a Escola Municipal Mestra Fininha, o Projeto Político Pedagógico significa a possibilidade de organização de um trabalho calcado na participação coletiva e na promoção de práticas democráticas no cotidiano escolar.

O prédio escolar está situado à Rua “D”, 350, Ciro dos Anjos, em Montes Claros, e compõem o Sistema Municipal de Ensino, coordenado pela Secretaria Municipal de Educação.

Atualmente, a escola funciona em três turnos, atendendo a uma demanda de 1000 (um mil) alunos, no Ensino Fundamental e Suplência e seu quadro de pessoal é composto por aproximadamente 75 funcionários.

A Escola Municipal Mestra Fininha conta com Colegiado Escolar, composto por representantes de pais, alunos, professores e funcionários, funcionando efetivamente desde 1997, conforme determinação da política municipal de educação, que apresenta como uma de suas ações prioritárias a implantação de Conselhos Escolares ou entidades semelhantes nas escolas municipais. Existe, também, na escola a Unidade Executora (exigência do Governo Federal para o envio de recursos às Unidades Escolares).

Entretanto, a Secretaria Municipal de Educação (SME) orienta quanto ao funcionamento das instituições municipais, inclusive quanto à elaboração do projeto político pedagógico, descrevendo detalhadamente o que deve compor o mesmo.

Sendo assim, a autonomia delegada às unidades escolares e prevista nas diretrizes da Secretaria Municipal de Educação se traduz, na verdade, em mera universalidade abstrata, em ideologia. De fato, apesar da anunciada autonomia legal, a Secretaria mantém rígido controle burocrático sobre as escolas.

Para nossa comunidade escolar, o planejamento participativo é a base para o Projeto Político Pedagógico poder construir a identidade da escola e dos sujeitos que a congregam. Desta forma, educando e educador, bem como a comunidade em geral podem exercer sua cidadania, percebendo-se como sujeitos sócio-históricos na construção de uma nova sociedade.

Em virtude disso, o Projeto Político Pedagógico da Escola foi construído através da participação coletiva, na perspectiva de ser instrumento de integração através da viabilização de um ambiente promotor da discussão consciente e da aquisição de conceitos morais e éticos, com responsabilidade social, ajudando na compreensão da situação histórico-social que vivemos a fim de contribuirmos com a construção de uma sociedade melhor.

Iniciou-se a partir do diagnóstico das deficiências existentes nos aspectos físico, administrativo e pedagógico, refletindo a verdadeira intencionalidade educativa através de uma análise crítica do trabalho pedagógico escolar. É um projeto que atende as dimensões política e pedagógica e foi construído a partir de uma ampla reflexão acerca da concepção de escola e de sua relação com a sociedade, estabelecendo seus propósitos, definindo as ações educativas e as características necessárias à escola de cumprir seus objetivos na busca da qualidade de ensino.

FINALIDADES DA ESCOLA

A concepção que norteia o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Mestra Fininha, parte do pressuposto de que o mundo deve ser visto como um complexo de processos, no qual objetos, aparentemente estáveis, estão em constante transformação e por estar a escola inserida neste contexto, torna-se necessário pensar e repensar as ações a serem nela praticadas a fim de se integrar todos os segmentos que a constituem: corpo administrativo, docente, discente e comunidade local.

A filosofia que direciona as ações na escola está centrada na democratização do poder e do saber. Isto significa a redefinição da organização estrutural e funcional da escola, sem implicar em cerceamento da autonomia dos elementos que a compõem.

O conhecimento é tratado como processo de construção e reconstrução e, enquanto processo não está pronto, sendo revestido de significado a partir das experiências dos sujeitos-educandos. Acredita-se toda criança, jovem ou adulto, quando chega à escola, traz consigo vivências pessoais, familiares e práticas culturais comunitárias e sociais, as quais deverão ser articuladas com novos conhecimentos, transformando o saber popular em saber elaborado através da ação-reflexão-ação.

A metodologia de ensino-aprendizagem destaca que é preciso que os educadores se percebam como organizadores de situações didáticas e de atividades que tenham sentido para os alunos, envolvendo-os e, ao mesmo tempo, gerando aprendizagens fundamentais.

Nessa perspectiva, a Secretaria Municipal de Educação, através de sua equipe pedagógica, em parceria com representantes das instituições de ensino - professores e supervisores pedagógicos – elaborou e está implementando a matriz curricular específica para cada ano de escolaridade.

Estas foram elaboradas em forma de cadernos, contemplando os descritores, e destacando as capacidades e as habilidades a serem desenvolvidas pelos educandos desde o ensino infantil até o ensino fundamental.

Além disso, cada escola tem autonomia para desenvolver projetos pedagógicos voltados para suas necessidades de aprendizagem e valorização da cultura local.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Administrativa:

A administração da Escola Municipal Mestra Fininha é exercida pela diretoria e pelo Colegiado Escolar, que efetivam importante processo de parceria e articulação de esforços.

Compete à administração coordenar todo trabalho escolar; organizar, orientar, acompanhar e avaliar os trabalhos educacionais desenvolvidos no estabelecimento.

A secretaria é o órgão auxiliar da diretoria na administração do estabelecimento, cujas ações são fundamentais aos processos organizacionais do Projeto Político Pedagógico a ser implantado.

O eixo principal da escola centra-se nos professores e alunos. Os primeiros comprometidos com a educação e preocupados com o que diz respeito à construção do cidadão capaz de enfrentar, ao mesmo tempo, os desafios do cotidiano e do ensino.

Os pedagogos têm por finalidade articular o Projeto Pedagógico da escola, coordenando e integrando o trabalho dos docentes, dos alunos e seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem, pelo qual perpassam as questões do professor, dos alunos e da família. A atuação dos pedagogos acontece em harmonia com a diretoria, o corpo docente, discente, com a família e a comunidade, facilitando o desenvolvimento do processo de ensino através de atividades desenvolvidas, envolvendo os valores da comunidade.

O prédio da escola está subdividido em quatorze salas de aula, biblioteca, secretaria, arquivo da secretaria, diretoria, sala de professores com banheiros masculino e feminino, depósito de material elétrico e hidráulico, depósito de material didático e de limpeza,

supervisão, refeitório, gabinete odontológico, cantina, depósito de vasilhas, depósito de merenda, depósito de vassouras, banheiro masculino, banheiro feminino, pátio com bancos de alvenaria e bebedouro industrial e laboratório de informática. Temos, ainda, estacionamento, jardim, escovódromo, caixa de água subterrânea com motor elétrico, quadra poliesportiva coberta e uma horta comunitária.

Situação atual: turmas/alunos – 2009

Turno	Ensino Fundamental									Ensino Regular de Suplência				
	1º Ano de Escolaridade	2º Ano de Escolaridade	3º Ano de Escolaridade	4º Ano de Escolaridade	5º Ano de Escolaridade	6º Ano de Escolaridade	7º Ano de Escolaridade	8º Ano de Escolaridade	9º Ano de Escolaridade	1º ao 4º Período/EJA	5º Período/eja	6º Período/eja	7º Período/eja	8º Período/eja
Matutino	-	-	-	-	03	03	03	03	02	-	-	-	-	-
Vespertino	03	04	04	03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Noturno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	01	01	01	01

Recursos Humanos

Setores	Número de Funcionários	Habilitação				Observações
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-Graduação	
Serviços Gerais	14	12	02			
Auxiliar de Secretaria	02		01	01		
Pedagogo	03			01	02	
Bibliotecário	03		01		02	
Professores	46			28	18	
Secretário	01			01		Em curso
Direção	02			02		

Recursos Financeiros

Receita	Despesas
PDDE: R\$ 6.392,31	Material didático-pedagógico, limpeza, pequenos reparos e manutenção. Distribuído de acordo com a necessidade da escola e aprovação do Colegiado.

Pedagógica:

O ensino ministrado na Escola Municipal Mestra Fininha abrange o Ensino Fundamental Regular e de Suplência.

O tempo escolar é definido na forma de Ciclos de Progressão Continuada para as turmas de 1º ao 5º ano de escolaridade, de séries para as turmas do 6º ao 9º ano, sendo que cada ano de escolaridade corresponde a um período de 200 dias letivos.

Para as turmas de 1º ao 8º ano do Ensino Regular de Suplência, os períodos são contados semestralmente, correspondendo a um período de 100 dias letivos.

A enturmação dos alunos é feita levando-se em consideração os fatores que influenciam no processo ensino-aprendizagem. Por isso, o Conselho de Classe é considerado um instrumento de fundamental importância para a avaliação desse processo, uma vez que as reuniões são momentos de discussões, críticas, análises e propostas de alteração do processo educacional, contando sempre com a participação efetiva dos professores e da equipe do Serviço de Supervisão Pedagógica da Escola.

A avaliação é um processo sistemático, contínuo, integral e fundamental para determinar quais os objetivos foram alcançados. Nesse sentido, a escola está sempre diagnosticando o processo de ensino aprendizagem, com a finalidade de nele intervir para que se alcance 100% dos objetivos propostos para cada ano de escolaridade; numa perspectiva de torná-lo mais eficiente. À medida que as necessidades dos alunos e/ou turmas são diagnosticadas, planejam-se as prioridades conteudísticas as serem revistas pelo professor regente.

Todos os alunos da escola são acompanhados, de perto, pelas profissionais do Serviço de Supervisão Pedagógica em parceria com os professores. Os dados coletados são condensados nas fichas individuais dos alunos – pelo serviço de supervisão pedagógica - a fim de que todo desenvolvimento observado nos aspectos cognitivo, afetivo e social esteja registrado.

Além desse trabalho realizado diretamente com o aluno, o SSP acompanha o trabalho de todos os professores, através da elaboração do Plano de Curso Anual, voltado para a realidade da turma, e Planejamentos Pedagógicos que acontecem quinzenalmente.

A metodologia usada pelo professor também é acompanhada a fim de se atingir a eficácia no processo ensino-aprendizagem. Por isso, pelo menos uma vez por mês, as supervisoras pedagógicas assistem a uma aula de cada professor dos quais acompanham e

registram as observações feitas em ficha própria, destinada ao acompanhamento das aulas. Essas observações, por sua vez, são comentadas nos planejamentos quinzenais a fim de que sejam adotadas novas estratégias de intervenção para corrigir os pontos falhos.

Dentre os aspectos observados na sala de aula, há uma atenção especial voltada para o “clima” que o professor propicia para os alunos; uma vez que, sendo o ensino um ato intencional, cujo objetivo é ajudar o aprendiz assimilar e estruturar conhecimentos de forma mais eficiente e eficaz, é imprescindível que ele seja cuidadosamente planejado e ministrado. Ensinar é diferente de dar aula expositiva pois o objetivo do professor deve ser motivar os alunos, chamando sua atenção, despertando sua curiosidade e criando expectativas. Assim, estará estimulando-os para que estejam em condições adequadas para começar a aprender. Por isso, durante a observação feita pela supervisora em sala de aula, há a preocupação de observar como cada professor planeja e conduz suas aulas.

Projetos Desenvolvidos na Escola:

- Projeto de Leitura e Escrita
- Projeto de Meio Ambiente
- Projeto Construindo uma Cultura de Paz

CURRÍCULO

A Escola Municipal Mestra Fininha se dispõe a avançar na superação de divisórias, propondo que se perceba a formação humana, seus ritmos, linguagens próprias de cada idade, de cada ciclo da vida.

Toda teoria pedagógica é subjacente a um conceito de homem e de mundo. Não há, portanto, uma educação neutra. O homem é um ser que opera e transforma o mundo e essa sua vocação ontológica, quando lhe é negada, transforma-o em "homem-objeto", contraponto da educação humanista ou libertária. Nessa concepção humanista, que é problematizadora e libertadora, considera-se que todo saber encontra-se submetido a um condicionamento histórico-sociológico, que a criatividade precisa ser estimulada, que o diálogo é a base da educação. FREIRE (1986)

Considerando tal ponto de vista, a Matriz Curricular da escola tem como eixo norteador o processo de formação humana, o que não significa abandonar as disciplinas acadêmicas e, sim, resignificá-las. Refletir sobre que atividades, conteúdos, organização dos tempos e espaços farão com que o tempo escolar, para os educandos, seja um tempo forte de socialização, de construção de identidade, de valores, de saberes, de éticas.

Toma-se como base o movimento dinâmico. Assim, um mesmo conteúdo será trabalhado mais de uma vez, entretanto, em níveis de abrangência e complexidade diferenciados, levando em consideração o desenvolvimento intelectual dos alunos e a realidade em que estão inseridos.

Paulo Freire (1988) *propõe que o momento da busca do conteúdo programático deve investigar o universo temático dos educandos (relacionado ao meio social) ou conjunto dos temas geradores do conteúdo.*

Para enriquecer o trabalho no âmbito escolar, sugere-se, então, temas, sendo eles: Valores, Sexualidade e Afetividade, Artes, Cidadania, Esporte, Meio Ambiente, Tecnologia, Domínio Lingüístico e Raciocínio Lógico-Matemático. Temas esses que perpassam os conteúdos das diversas disciplinas, constituindo uma forma de interdisciplinaridade. Os professores terão autonomia para definir o tempo destinado a cada tema.

Nesse aspecto, a escola tem o exercício de repensar seus conteúdos escolares, não no sentido de abandonar as disciplinas acadêmicas ou apenas aglutinar a elas algumas temáticas atuais, mas no sentido de possibilitar, nesse processo, que as disciplinas passem a se relacionar com o mundo contemporâneo, levando em consideração a pluralidade da formação humana, ganhando, assim, um valor social.

TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES

A organização do processo educativo por ciclos requer uma série de transformações na maneira de compreender a educação escolar. Adotar a organização por ciclos significa, antes de mais nada, situar a escola num espaço novo de trabalho, que se estrutura em torno de três idéias básica: ritmo, diversidade e liberdade.

Ritmo é um conceito que estrutura o trabalho pedagógico de dois modos:

- Permite corrigir o problema decorrente das limitações do sistema seriado;
- Respeita o ritmo próprio do aluno.

A diversidade pedagógica é condição para que a escola se torne capaz de respeitar as habilidades e necessidades dos alunos. Sendo própria da organização em ciclo, proporciona maior grau de liberdade ao professor, exercitando sua autonomia e competência, fazendo escolhas e tomando decisões.

Propor a organização dos tempos escolares em ciclos significa propor uma nova forma de compreender e organizar todo processo educativo.

Do ponto de vista metodológico, a organização em ciclos permite:

- Desenvolver um processo educativo construtivo e estruturado;
- Articular vários tipos de saberes e experiências;
- Maior grau de diversificação metodológica e curricular.

Para as turmas do 6º ao 9º ano de escolaridade e turmas da EJA, adota-se o sistema de séries/períodos, realizando avaliação contínua ao longo do processo, com apresentação periódica dos resultados.

Há uma constante preocupação com a avaliação, uma vez que esta não deve ser baseada apenas no produto, nem ter a simples função de servir como meio de decidir pela promoção ou retenção do aluno, mas ser entendida como instrumento capaz de ser revelador do processo formativo e oferecer ao professor um diagnóstico dos efeitos de seu trabalho sobre os alunos.

Nesse sentido, a avaliação deixa de ter um caráter punitivo, de ser instrumento de repressão e passa a ser uma ocasião de autoconhecimento, ocasião de aprendizado.

É chegado o momento de caminhar na direção de uma compreensão de avaliação contínua, que se realiza ao longo do processo de aprendizagem, possibilitando ao professor mudar rumos, corrigir sua ação e adequar seu trabalho às características identificadas nos seus alunos.

A educação para a cidadania requer, também, que questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e a reflexão dos alunos.

A inclusão de questões sociais no currículo escolar não é uma preocupação inédita. Essas temáticas já têm sido discutidas e incorporadas às áreas ligadas às Ciências Sociais e Ciências Naturais, chegando mesmo, em algumas propostas, a constituir novas áreas, como no caso dos temas Meio Ambiente e Saúde.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais incorporam essa tendência e a incluem no currículo de forma a compor um conjunto articulado e aberto a novos temas, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais. O currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e outros temas podem ser incluídos.

O conjunto de temas proposto (Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual) recebeu o título geral de Temas Transversais, indicando a metodologia proposta para sua inclusão no currículo e seu tratamento didático.

PROCESSOS DE DECISÃO

O Colegiado Escolar tem poder de tomar decisões na escola sempre que for solicitado por qualquer membro para resolução de problemas e, ou reivindicações de mudança, pertinentes ao âmbito da escola.

Deve ser um órgão atuante, participativo, onde os membros apesar de suas obrigações particulares comparecem sempre que convocados.

RELAÇÕES DE TRABALHO

A Escola Municipal Mestra Fininha sempre teve como característica básica uma gestão democrática onde as relações humanas se processam de forma harmoniosa e os conflitos, quando surgem, conduzem ao crescimento do grupo.

A comunidade atendida é de classe popular composta de trabalhadores, semi-alfabetizados numa porcentagem significativa.

O bairro onde a escola está inserida é periférico, contando com infra-estrutura precária.

A maioria dos alunos é interessada, expressando grande desejo de aprender, para conseguir um bom trabalho. Por outro lado, um número reduzido de alunos apresenta comportamento inadequado, baixo rendimento, chegando, algumas vezes, a evadirem-se.

AVALIAÇÃO

Para atender a um novo processo de educação, faz-se necessário que o professor questione sua concepção de avaliação, dando a ela outras finalidades que a de simplesmente servir de base para aprovar ou reprovar. É hora de abandonar a avaliação como elemento disciplinador e transformá-la em instrumentos para criação de algo novo, utilizando esse antigo acessório pedagógico como forma de aprofundar conhecimentos.

Na Escola Municipal Mestra Fininha o que se pretende é assegurar aos alunos condições para que possam aprender aquilo que é indispensável à sua formação enquanto

seres humanos, profissionais e cidadãos com capacidade de decisão frente a situações complexas, com senso de responsabilidade, autonomia, autoconfiança, espírito crítico e autoconsciência, cooperação e capacidade de comunicação.

A avaliação, assim como outros aspectos da vida escolar, só pode ser compreendida no contexto de um sistema de valores e normas de uma conjuntura social determinada. Isto significa que não há um modo “certo” ou “errado” de avaliar, mas que o seu papel e os instrumentos e meios utilizados para conhecer uma realidade dependem das demandas e necessidades de cada momento.

A avaliação será vista como acompanhamento da aprendizagem; será contínua e identificará conquistas e problemas do aluno em seu desenvolvimento, não levando em conta apenas o resultado do trabalho realizado, o produto, mas também o que ocorreu no caminho, o processo. Dessa forma tem o caráter investigativo e processual. Ao invés de estar a serviço da nota, passa a contribuir com a função de promover a construção do conhecimento.

A avaliação terá função de orientar os procedimentos de aprendizagem. Através dela o professor obterá informações que o levarão a reprogramar suas atividades para atingir a sua meta. Será parceiro dos alunos nas dificuldades: isso significa ficar atento à maneira como os alunos aprendem e erros que cometem.

Professor e aluno devem refletir sobre o erro transformando-o em situação de aprendizagem para que possam juntos concluir: erramos, acertamos, aprendemos, assumimos riscos, alcançamos objetivos.

Para avaliar o aluno com um todo serão avaliados também suas atitudes e comportamentos: participação, interesse, iniciativa, autonomia, cooperação, solidariedade. É uma avaliação encarada como reflexão necessária para o crescimento individual e grupal.

Alunos que não desenvolverem habilidades consideradas importantes serão identificados imediatamente e receberão suporte efetivo até alcançarem os resultados esperados.

Todos os trabalhos realizados pelos alunos constituirão uma parte integrante do seu processo de avaliação. Esses trabalhos serão utilizados para facilitar as entrevistas com os alunos, pais e professores, quando será discutido o desempenho do aluno.

A avaliação inicial da classe dará ao professor elementos para fazer seu planejamento, determinando os conteúdos e respectivo grau de aprofundamento.

Notas, conceitos, etc, não estão descartados. A escola precisa desses instrumentos para seus registros. O importante é que os alunos entendam como estão sendo avaliados e que os

resultados desta avaliação sejam explicados e discutidos com eles, e não apenas comunicados através de uma nota.

Outro aspecto fundamental é que em formas específicas de avaliação, fique claro para o aluno o que se pretende avaliar e sejam usadas situações semelhantes às de aprendizagem.

A avaliação pode se tornar também um instrumento de aprendizagem. Estimular o aluno a fazer auto-avaliação é uma forma de ele aprender a analisar seus trabalhos, desenvolvendo seu senso crítico e sua autonomia.

As propostas de avaliação dos PCNs minimizam um dos piores problemas escolares que é a reprovação, sempre associada ao fracasso. Professor e aluno terão tempo suficiente para detectar problemas e encontrar soluções antes de chegar a um resultado radical e negativo.

Diante dessas considerações convém concluir, destacando que aprender significativamente quer dizer apropriar-se de instrumentos intelectuais que permitam a compreensão da realidade e mudanças no modo de agir sobre ela. “*Avaliação é movimento, é ação, é reflexão.*” (HOFFMANN, 1993).

Quanto à frequência, o professor registrará as presenças e faltas nos diários de classe, passará esta informação para a secretaria que após somar todas as faltas do aluno, transformará estes dados em porcentagem de frequência, que deverá ser no mínimo de 75% (setenta e cinco por cento), ao final de cada ano de escolaridades/período.

Com relação à classificação, ela poderá ser feita: por promoção, para alunos que cursaram com aproveitamento na própria escola, por transferência para candidatos de outras escolas situadas no país ou no exterior, considerando os componentes curriculares da base nacional, por avaliação independente de escolarização anterior, mediante classificação feita pela escola, que defina o grau de experiência do candidato e permita sua inscrição no ano/série ou período, na forma prevista no Regimento Escolar.

Na reclassificação, o aluno poderá ser reposicionado em qualquer ano/série ou período, diferente daquela indicada em seu histórico escolar, desde que seja avaliado pela direção e comissão de profissionais responsáveis pela coordenação/supervisão das atividades pedagógicas.

Quanto à implantação do Regime de Progressão Continuada nos anos iniciais do Ensino Fundamental, esta se faz necessária para vivenciar, no âmbito da escola, medidas que dão veracidade aos anseios preconizados pela filosofia de uma educação mais equânime.

Como a avaliação deve ser um processo contínuo, a Escola Municipal Mestra Fininha realizará, ao final de cada semestre letivo, uma avaliação institucional sistemática, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar. Nesse momento, cada segmento poderá indicar os avanços obtidos em relação a cada objetivo do Projeto Político Pedagógico Escolar, as metas que foram alcançadas e as que não foram; fazendo uma análise coletiva das razões e obstáculos que impediram essa realização.

CONCLUSÃO

O conhecimento da prática social-histórica deve proporcionar a dimensão crítica ao educando, para que possa reagir sobre a própria realidade social no sentido de sua transformação, através do processo de Ação-Reflexão-Ação.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Mestra Fininha parte do pressuposto que a educação deve ser entendida como agente de democratização do acesso e permanência do educando no contexto educacional, ou seja, um projeto de emancipação para inclusão social e a construção da cidadania.

Nessa perspectiva, a escola é vista como agente coletivo na gênese do cidadão, buscando promover relações democráticas, de ordem social mais coletiva, participativa e igualitária, de forma que possa construir a autonomia, a cooperação e a reciprocidade para que ocorra a transformação grupal através do respeito mútuo, do diálogo, da participação e do engajamento.

O processo ensino-aprendizagem é entendido como valorização do educando em sua experiência social, na construção coletiva do conhecimento, com vistas a desenvolver sua capacidade de pensar, criar, produzir, criticar, participando, também, das decisões, da estruturação e organização das aulas como agente de transformação social na busca de determinados saberes e conhecimentos.

A interação entre alunos, professores e funcionários acontece através da linguagem, sendo democrática, solidária, horizontal, em constante interação, possibilitando a humanização e conscientização, no resgate dos alunos para uma ação solidária nos princípios da codeterminação e autodeterminação.

A interação educacional é tratada como uma ação reflexiva permanente, em constante transformação de todos os seus integrantes. Isto se deve ao fato de acreditarmos que o convívio em uma instituição escolar deva ser prazeroso e espontâneo para que os envolvidos

possam sentir-se livres de ações coercitivas, cultivando o sentido da liberdade enquanto auto-reflexão da criticidade relevante a um contexto específico e/ou inserido no mundo concreto, de forma esclarecida, se tornando pessoas emancipadas.

O compromisso com a qualidade é um valor compartilhado com todos na Escola Municipal Mestra Fininha e na comunidade local. Entretanto, reconhecemos que essa é uma caminhada que já foi iniciada, mas que ainda precisa solidificar-se.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Congresso Nacional. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, Diário Oficial da União, 1988.

_____. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação. PNE** / Ministério da Educação. Brasília: Inep, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – **PARECER 1.132/97**. Dispõe sobre a Educação Básica, nos termos da Lei 9.394/96. Belo Horizonte: CEE, 1997.

ESCOLA MUNICIPAL MESTRA FININHA. **Projeto de Desenvolvimento da Escola - PDE** / 2001-2003.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática para a liberdade**. 17ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 18ª. Edição, São Paulo: Paz e Terra, 1988.

GANDIM, D. **A Prática do Planejamento Participativo**. Petrópolis: Vozes, 1991.

HERNANDEZ, F. **Ensinar desde o Reconhecimento das Influências**. Cadernos de Pedagogia. 1997.

_____. **Transgressão e Mudança na Educação - Os Projetos de Trabalho.** Editora ARTMED. Porto Alegre, 1998.

HOFFMANN, J. **Avaliar para Promover: As setas do Caminho.** Porto Alegre: Mediação, 1993.

INSTITUTO PAULO FREIRE. Cadernos da Escola Cidadã. **Etnografia da Escola.** São Paulo: IPF, 1997.

_____. Cadernos da Escola Cidadã, **O Papel do Planejamento na construção do projeto político-pedagógico da escola.** São Paulo: IPF, 1998.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** São Paulo, Cortez, 2002.

MARQUES, L. R. **O projeto político-pedagógico e a construção da autonomia e da democracia na escola nas representações sociais dos conselheiros.** Educação e sociedade, v. 24, nº 83, p. 577-597, ago. 2003.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão contemporânea: A ciência e a arte de ser dirigente.** 6ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 1995.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e CHADWICK Clifton. **Aprender e Ensinar.** 4ª edição. São Paulo. Global Editora. 2002, cap.8.

PARO, V.H. **Gestão Democrática da Escola Pública.** São Paulo: Ática, 1997.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as Competências desde a Escola.** Artes Médicas Sul. Porto Alegre, 1999.

SANTOS. M. T. C. **O PDE como instrumental de gestão num contexto de autonomia.** In: Escola Pública de Qualidade: O Plano de Desenvolvimento da Escola. PROCAD, Módulo 11. SSE/ MG, s/d

SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO – **Elaborando e Vivenciando o Plano de Desenvolvimento da Escola.** Belo Horizonte, SEE - MG, 1997.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Regimento Interno das Escolas Municipais de Montes Claros / 1998.**

VASCONCELOS, Celso dos S. **Planejamento e Projeto de Ensino – Aprendizagem e Projeto Político - Pedagógico.** São Paulo, Libertad, 2006.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** In: VEIGA, I. P. A (Org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.* Campinas, São Paulo: Papirus, 1995. Cap.1, p.11-35.

